

O desafio de maximizar a vitória possível

16/03/2010

As pesquisas e a análise da conjuntura apontam hoje para a vitória da candidatura Dilma em 2010. A potencialidade dessa vitória pode ser, no entanto, gravemente diminuída com a sobrevalorização da presença do PMDB nas coalizões estaduais.

A pesquisa Datafolha divulgada no dia 28 de fevereiro apenas confirmou as tendências e expectativas de voto já antes aferidas em outras pesquisas, como CNT- Sensus e Vox Populi. Mas por ser publicada no jornal que é, de fato, o porta-voz público da candidatura do PSDB, teve um registro político diferente. Pela primeira vez, os analistas e colunistas políticos em uníssono, embora em graus diferentes, hoje reconhecem a vantagem de Dilma nas eleições de 2010.

Mais importante do que o quase empate técnico – 32 % para Serra versus 28 % para Dilma – são as tendências de voto aí aferidas, confirmando também as indicações de outras pesquisas de intenção de voto. Na espontânea, Dilma já vence Serra (10% contra 7 %). 42 % dos entrevistados afirmam que votam “com certeza” em um candidato apoiado por Lula. Mais de 1/3 do eleitorado ainda não conhece Dilma. Onde o governo Lula obtém os maiores índices de aprovação – entre os menos escolarizados e mais pobres – ainda é majoritário o desconhecimento de Dilma. Mas, com exceção dos eleitores que recebem mais de 10 salários-mínimos, onde Serra cresceu 6 %, a queda do tucano vem se dando em todas as regiões e em todas as faixas de renda. A dinâmica ascendente de Dilma, por sua vez, abarca todas as regiões e todas as faixas de renda.

Há, sem dúvida, um Cenário de Representação Política, conceito trabalhado por aquele que é talvez o estudioso mais importante na Universidade brasileira da cultura crítica da relação entre mídia e política, Venício Lima, profundamente adverso às pretensões do PSDB. Esse conceito permite afirmar que a força política que consegue construir o cenário da disputa – no caso, a eleição “plebiscitária” entre nós e o PSDB, com referência na experiência do governo Lula – consegue construir as melhores condições da vitória. É isso que está acontecendo e esse o principal impasse da oposição. Assim, esse quadro conceitual de análise da conjuntura dá uma importância especial para a definição do sentido e do contexto da disputa: toda a tática eleitoral que vem sendo posta em prática pelo PT tem sido exatamente a de montar o cenário da disputa em torno da continuidade e aprofundamento da dinâmica do governo Lula.

Os problemas da oposição

Têm falhado as tentativas do PSDB de diluir ou de neutralizar tal característica central das eleições de 2010. São três as suas grandes adversidades: o enfraquecimento de coalizão de centro-direita, a tensão aberta entre Serra e Aécio (que tem a ver com a história regional e programática do PSDB) e essa tendência plebiscitária da disputa eleitoral.

A crise agônica do DEM, já instalada desde 2006, parece viver hoje seus momentos decisivos. A inauguração da Cidade Administrativa do governo de Minas, na primeira semana de março, foi um ato ritualístico de disputa e atrito aberto entre Aécio Neves e José Serra. O pronunciamento de FHC, propondo a comparação entre governos como estratégia eleitoral, só serve à desmoralização pública do candidato do PSDB. Mas há uma meia-verdade nas razões de FHC: o que ele está defendendo, sobretudo, é a permanência de um programa político liberal ou neoliberal que, a partir de determinado momento, virou a grande obsessão de sua vida como intelectual e político. Mais profunda do que uma eventual derrota eleitoral pode ser a desestruturação pública da identidade da oposição.

Esquerda e centro

Já se falou que a priorização da relação com o PMDB na chapa nacional liderada pelo PT tem, sobretudo neste contexto, uma função “defensiva”: formar com maior estabilidade uma maioria parlamentar, em particular no Senado; evitar que o PMDB seja atraído por uma aliança preferencial com Serra (como ocorreu em São Paulo), o que conferiria à sua candidatura um maior grau de nacionalização e mais tempo na TV (o PMDB é o maior partido na Câmara Federal).

Há, decerto, algum resíduo democrático na história do PMDB: além de canalizar a oposição ao regime militar, foi lá que se abrigaram, no período da redemocratização, duas tradições importantes, a do nacional-desenvolvimentismo e do sanitarismo brasileiro. O PMDB de hoje, porém, fortemente pragmático e fisiológico, com suas raras lideranças progressistas sem espaço, está completamente distante desse passado. Se pode ser aceitável sua caracterização como de centro no atual sistema partidário brasileiro (nele não está nem o núcleo da inteligência programática do neoliberalismo nem o núcleo do conservadorismo radical do DEM), é certo também que, no seu interior, também estão segmentos neoliberais e conservadores, além da plêiade fisiológica.

Daí que haja uma tensão política a ser politicamente regulada nessa chapa de esquerda-centro. Em primeiro lugar, ela já não necessariamente se reproduz nos estados. Em parte, por definições já tomadas pelo PT e, em parte, por definições já tomadas pelo PMDB. Assim, em Pernambuco, no Ceará e em São Paulo, o PT tem se encaminhado para priorizar uma candidatura do PSB (em São Paulo, depende-se ainda de uma definição de Ciro Gomes); e, no Paraná, do PDT. De uma forma ainda mais radical, as seções do PMDB de São Paulo, de Pernambuco e, em alguma medida, do Rio Grande do Sul e outros estados, não apenas marcham contra a chapa petista no plano regional, como também vão com Serra na disputa presidencial. Assim, é fundamental fortalecer e priorizar as alianças com a esquerda ou centro-esquerda da base do governo Lula.

Quanto mais se afirmar a candidatura Dilma, seguindo a dinâmica da liderança nacional do governo Lula e do próprio PT, menos ponderação e poder de negociação terá o PMDB no interior das coalizões a serem formadas. E é isso o que até agora vem acontecendo, com uma tendência a se aprofundar no próximo período.

O caso Minas

O caso mais importante em processo de definição no PT é no segundo maior colégio eleitoral do país, Minas Gerais. Lá, segundo pesquisa Vox Populi, realizada ainda em fevereiro, Hélio Costa teria 37 %, Pimentel 34 % e Patrus 28 %, em cenários nos quais a aliança PT/PMDB fosse firmada com um só candidato. Há uma nítida diminuição da diferença entre Hélio Costa e os candidatos petistas potencialmente fortes e, em particular, a candidatura de Patrus Ananias experimenta um forte dinamismo de crescimento.

Nesse quadro, seria o maior erro político do PT nacional e regional nessas eleições – inclusive com consequências eleitorais desastrosas – ceder a cabeça da chapa ao atual Ministro das Comunicações. As posições políticas de Hélio Costa, no quadro de uma fidelidade ao governo Lula, são claramente de centro-direita: no episódio recente da convocação da Conferência de Comunicações, por exemplo, procurou todo o tempo se opor à sua convocação. Além disso, já derrotado duas vezes em disputa pelo Palácio da Liberdade, seria facilmente vencido pelo candidato de Aécio Neves; e por minar a identidade da esquerda democrática-popular em Minas, desestruturaria fortemente as bases da própria candidatura Dilma no estado.

Em reunião recente, que se referiu consensual e criticamente em relação a um espírito sectário de disputa que dominou a realização do PED no Estado, a direção estadual do PT mineiro decidiu, por unanimidade, reforçar a posição de o partido liderar a chapa, seja com Patrus ou Pimentel, no quadro de uma proposição ampla de unidade com o PMDB e outras forças e lideranças políticas, como o vice-presidente José Alencar e o PC do B.

Nestas eleições, ao contrário das municipais de 2008, nas quais houve forte desconexão entre conjuntura nacional e pleitos locais, há um enorme e rico potencial de combinação, passagem e expressão entre a disputa nacional e as estaduais. Maximizar essas possibilidades é um dos principais desafios hoje colocados para o

PT.

Compartilhe nas redes: